

Para uma História da Polícia: Perspectivas

Eurico Gomes Dias

Intróito: perspectivas para uma História da Polícia

A questão é, por demais, antiga e repetida: «Pai, para que serve a História?» Eis a célebre pergunta que o filho do historiador francês Marc Bloch [1886-1944], antigo mentor da Escola dos *Annales*, membro da Resistência francesa e fuzilado pelas tropas alemãs em 1944, lhe indagara na sua infância. Deste modo, num sentido mais restrito, mas não menos discutível, para que servirá a História da Polícia? Mas, em boa verdade, que órgão de Polícia se deverá estudar historiograficamente: as instituições do passado ou aquelas que vigoram actualmente? Como indagar uma verdadeira genealogia histórica da Polícia, ou das Polícia[s], tendo em conta as actuais dinâmicas historiográficas em Portugal? Bem o sabemos, a História é autoridade, no seu pendor mais categórico. Acresce que estamos a comemorar os 40 anos das Ciências Policiais em Portugal, efeméride que exigirá, por si só, uma prospecção historiográfica renovada sobre estas matérias.

A Polícia, ou as Polícia[s] em perspectivas mais dilatadas, é uma Instituição que reflecte, indelevelmente, a própria História de Portugal, nomeadamente de todos os avanços e contradições da nossa sociedade desde os meados do século XVIII, firmada aquando as reformas político-administrativas de Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras e depois marquês de Pombal. Daí ressaltou a fundação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino [1760-1833], a génese fulcral da nossa Polícia, dita *civil* e/ou *civilista*, cujas transmutações institucionais importam examinar.

Percorrendo as sinuosidades da História e da Historiografia, evocamos *máxime* as relações intrínsecas entre a Historiografia Militar e a Historiografia

Policial, em prol de uma nova “escrita da História Policial”. Contudo, em termos gerais, refira-se a exiguidade de investigadores e projectos de investigação neste campo de estudos, mas onde é visível a construção gradual de uma *Nova História da Polícia*, ou de uma *História Geral da Polícia*, agregando áreas científicas multidisciplinares das Ciências Sociais e Humanas. Competirá ao ISCPPI fomentar a problematização da sua própria História institucional, além de nutrir a vocação historiográfica das Ciências Policiais entre nós, nomeadamente nos apoios a equipas de investigação. Não desejamos, com toda a certeza, restringir a investigação histórica policial somente *intra muros*, mas, desejavelmente, construir pontes com outras instituições universitárias, a bem da História da Polícia.

Quais as semelhanças/contrapontos entre a História e a Historiografia Militar, p. e.? E a Historiografia Policial, um campo cientificamente mais recente? A História Militar permanece recenseada à Tática e à Estratégia, fundamentadas nos exemplos dos heróis e das campanhas passadas, tentando perscrutar qual foi o planeamento e a prossecução de determinadas operações militares. Em contraponto, será a História da Polícia uma mera descrição dos aparelhos de controlo e vigilância centrais, dos sistemas persecutórios/punitivos estatais e das instituições policiais enquanto ‘força musculada’ dos Estados contemporâneos desde o *Ancien Régime*?

Por outro lado, porque aparentam subsistir, aqui e além, certos ‘tabus’ historiográficos, visíveis quando se aborda o período histórico do Estado Novo [1926/1933-1974], p. e.? Como definir a construção etimológico-histórica do conceito “Polícia” na sua mutabilidade temporal? Como entender a escassez historiográfica e/o ténue interesse institucional pelos assuntos histórico-culturais policiais? Como relacionar as afinidades operativas da Historiografia Militar, de onde deriva conceptualmente a Historiografia Policial? A guerra e a *ordem pública*, matérias indelevelmente presentes nas obras de inúmeros estudiosos, como devem ser, então, estudadas?

Apesar de tudo, e como temos defendido repetidamente, impõe-se a evocação das figuras cruciais na História da Polícia portuguesa, devendo [re] escrever-se a sua possível prosopografia/biografia. Mesmo que estes indivíduos sejam considerados ‘anti-heróis’ por alguma historiografia ou opiniões menos informadas, há que resgatá-los da sua *damnatio memoriae* e cimentar a memória histórica da[s] Polícia[s]. Sendo assim, quem poderão ser os “heróis” na História da Polícia? Serão passíveis de figurar nestes meandros os antigos intendentess-gerais, os comissários-gerais, os comandantes-gerais ou os directores nacionais, mas igualmente os membros de toda uma estrutura hierárquica, por mais baixo que fosse o posto de um indivíduo

em questão? Que factos e proezas devem ser rememoradas para que tal “herói”/“anti-herói” possa ser estudado historicamente?

Desejamos contribuir para as discussões historiográficas neste campo de observação dos historiadores, fomentando novas interpretações da História, e avaliar os embates com as historiografias mais recentes, como a Historiografia Policial. Muito provavelmente, encontraremos respostas a muitas questões nos acervos da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, da Polícia Civil, da Polícia Cívica e da própria Polícia de Segurança Pública sites na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Militar, entre tantos outros repositórios institucionais, os quais urge explorar com toda a responsabilidade e profissionalismo.

Etapas e partições cronológicas possíveis na História da Polícia

O modo de *fazer* História nestas áreas permanece ideologicamente patriótico e etnocêntrico, procurando-se afinidades até aos tempos medievais, onde ocorreu o advento das nacionalidades. Veja-se, neste caso, o fomento concedido à criação dos *quadrilheiros* [12 Setembro 1383], no último ano de vida de D. Fernando, o *Formoso*, às vésperas do Interregno [1383-1385]. Está por estudar, por exemplo, o protagonismo que tais milícias civis tiveram na defesa perante o cerco castelhano de Lisboa [Maio e Setembro de 1383], tanto por terra como por mar, o qual foi infrutífero para o invasor.

Desde os primórdios da disciplina histórica científica que as temáticas militares estão subordinadas à História eminentemente *política*, sendo remetidas para as inúmeras narrativas dos heróis, das batalhas e das campanhas militares. A História não se cinge unicamente ao estudo do passado, pois procura uma compreensão permanente da actualidade e advoga uma perspectiva do futuro, muito além da pressuposição ciceroniana *Historia est magistra vitæ*. Consequentemente, do ponto de vista universitário, serão preocupações epistemológicas que a própria Polícia de Segurança Pública, por inerência das suas funções, não se pode desobrigar enquanto Instituição basilar na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

De entre as grandes etapas da História da Polícia entre a Idade Média e os finais da Idade Moderna, como interpretar os primeiros corpos responsáveis pela paz social e a ordem pública [quadrilheiros, meirinhos, milícias concelhias, alcaides-mores e alcaides pequenos, etc.], os quais subsistiram durante séculos em território nacional e um pouco por todo o Império português? Como delinear a acção de uma Guarda Real dos Alabardeiros ou uma Guarda Tudesca, ainda tão escassamente conhecidas? Como

explicar o caos endémico e reinante na ordem pública entre a Restauração de 1640-1668 e o Terramoto de 1 de Novembro de 1755?

Qual a amplitude funcional da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino em Portugal e no Estado do Brasil, [1760-1833], mesmo após a sua independência, a 7 de Setembro de 1822, assim como o seu papel decisivo nesse processo emancipatório? Não devemos esquecer o impacto que teve o consulado francês e do comando militar inglês na Intendência-Geral da Polícia em Portugal, sobretudo na criação da Guarda Real da Polícia e da Guarda Militar de Polícia, às quais se sucederiam, após a Revolução Liberal de 1820, a as antigas Guarda Nacional e a Guarda Municipal. Enfim, tantas questões por resolver e para as quais são necessários estudos aprofundados em toda a linha.

Decorridos exactamente 155 anos após a criação da Polícia Civil [Lisboa e Porto, 2 Julho 1867], por ordem de D. Luís, o *Popular*, é urgente conhecer, com prismas renovados, as reformas estruturais da Polícia Civil [1892; 1896; 1898] entre os finais da Monarquia e os prenúncios da República.

Com a Primeira República [1910-1926/1933], é essencial perceber o que importou a criação da Polícia Cívica e como esta defendeu a implantação da República até ao movimento do 28 de Maio de 1926, não esquecendo as suas diversas reformas estruturais [1918; 1919; 1922] até à consolidação da Polícia de Segurança Pública a 28 de Outubro de 1928, sedimentada com a promulgação da Constituição Corporativa [1933].

No âmbito do Estado Novo, nomeadamente até ao movimento revolucionário do 25 de Abril de 1974, qual foi o modelo policial aplicável entre 1933 e 1945, bem como as relações com as instituições militares e a PIDE/DGS, p. e.? Salientamos as acções da PSP na Guerra do Ultramar, a entrada dos contingentes femininos em 1972 – outra efeméride incontornável, enfim, toda essa tentativa de renovação dos serviços policiais na Primavera Marcelista [1968-1974]. Recordemo-nos que estamos às vésperas das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e o papel da PSP neste meio século apresenta-se como uma matéria perfeitamente historiável.

É importantíssimo evocarmos as principais individualidades e os acontecimentos que perfilharam este esforço institucional, na exigência crescente de actualizar a Historiografia Policial. Naturalmente inseridos nas estruturas militares, desde a segunda metade do século XIX até às primeiras décadas do século XX, os historiadores – quase todos militares de carreira –, produziram estudos dentro de uma matriz tradicional da Historiografia,

manifestando uma produção quási panegírica dos valores nacionais, o mesmo sucedendo nos parcos contributos da Historiografia Policial, de onde se destacou Albino Lapa [1898-1968].

Todavia, os trabalhos pioneiros de Albino Lapa marcam o advento da História e da Historiografia Policiais em Portugal, nomeadamente nos seus artigos na *Polícia Portuguesa. Revista Ilustrada*, a partir de 1937 em diante. Os seus exercícios historiográficos tendiam, por sua vez, ao impulso encomiástico, à exemplificação moralista e à metaforização. Tratava-se, efectivamente, de um modo de “fazer História” descritivo, sem problematizar o acontecimento ou o[s] indivíduo[s], *per si*. Não obstante, o seu carácter primordial é inquestionável e exige, por conseguinte, estudos apurados sobre o seu timbre historiográfico.

Jornalista e publicista, de nome completo Albino dos Santos Lapa, nasceu em Viça Viçosa a 30 de Outubro de 1898. Completou os estudos liceais em Évora e foi funcionário superior do Ministério da Economia, sendo igualmente 2.º arquivista e bibliotecário do Ministério das Obras Públicas [1919-1931]. Como colaborador na imprensa periódica portuguesa, desempenhou vários cargos desde simples repórter até director no Diário da Manhã, O Século, Imparcial, Mundo, Meio Dia, Revista Solução Editora, entre outros títulos, sem esquecer os contributos em jornais e revistas espanholas, francesas e brasileiras. Sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, possuía o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo. Autor de Subsídios para a História das Bandas Militares Portuguesas: Guarda Real da Polícia, Guarda Municipal e Guarda Nacional Republicana, 1941; A Prostituição: subsídios para o seu combate e para a sua história, 1949; História da Polícia de Segurança Pública: subsídios, 1953; Subsídios para a História da Polícia de Segurança Pública do Porto, 1955; Governadores Civis de Portugal, 1962; História da Polícia de Lisboa, 1964; entre outras obras úteis para a História da Polícia.

Com as profundas alterações no ‘ofício dos historiadores’ a partir da década de 1970, multiplicar-se-ão as interlocuções interdisciplinares e institucionais, permitindo novas perspectivas teórico-temáticas da História Social e da Nova História Cultural. Essas exigências historiográficas provocaram uma quebra na afinidade entre a História Geral e a História Militar e, conseqüentemente, os historiadores privilegiaram os estudos económico-sociais, o que poderia ter favorecido o fomento da Historiografia Policial. Porque tal não aconteceu? Seria a coisa, dita policial, considerada um interdito historiográfico?

A investigação histórica policial no seio do ICPOL/ISCPSI

Por fim, relembramos o peso progressivo da História Militar nos *curricula* das Escolas Militares e da Universidade em geral. E no que diz respeito à História da Polícia? Será necessário ser-se um efectivo policial para ser um historiador policial? Um *cientista social* pode aspirar a ser um *historiador policial*? Alguém sem um vínculo à Instituição policial aspirará a uma maior isenção e probidade historiográfica, sendo um elemento exterior? Reflectir sobre Historiografia Militar e as afinidades/divergências com a Historiografia Policial é, inequivocamente, uma empreitada sempre incompleta, repleta de escolhas e omissões, mas imprescindível para a compreensão do exercício da História.

Desde o ano lectivo 2018-2019 temos a responsabilidade de conduzir o Seminário «Temas Avançados de Segurança: História e Cultura Policiais», abrangendo os 2.º, 3.º & 4.º anos do CFOP – Curso de Formação de Oficiais de Polícia/Mestrado Integrado em Ciências Policiais no ISCPSI, o qual pretende evocar a História da Polícia de Segurança Pública, revisitando o seu percurso histórico e institucional. Procuramos demonstrar, através dos testemunhos históricos e do seu legado legislativo, patrimonial e documental, o impacto e a afirmação policial civil em Portugal, em paralelo com a edificação de uma cultura institucional. Pretendemos, igualmente, evidenciar as principais individualidades e acontecimentos que partilharam este esforço institucional, após século e meio de actividades, se bem que no nosso entender, a cronologia fundacional deveria remontar a 26 de Julho de 1760, aquando a criação da Intendência Geral da Polícia. Assim, este Seminário ambiciona contribuir para o estudo de uma instituição fundamental no nosso país, sendo notória a necessidade de actualizar a historiografia policial vigente.

No decurso das iniciativas recentes do ICPOL/ISCPSI, deve realçar-se o trabalho do Intendente Manuel Guedes Valente, do Superintendente Doutor Sérgio Felgueiras, do Intendente Doutor Nuno Poiães e agora o empenho do Intendente Roberto Fernandes, seus digníssimos directores, na aposta da Linha de I&D: “*Police & Society*” / “*Passado e Presente*” / “*História das Organizações Policiais*”. Pretende-se que os investigadores integrados e outros colaboradores realizem prospecções científicas originais norteadas para a História da Polícia e da Segurança. Pretendemos imprimir um rigor científico, a criatividade e o empreendedorismo pessoais e de grupo, proporcionando as competências válidas para estas áreas de estudo, as quais prometem indagações profícuas.

É fundamental dotar os investigadores, assim como os alunos finalistas, de condições para sustentar projectos de investigação nestas áreas de especialização, sempre em conciliação com outros campos do Conhecimento. É igualmente estimulada a comunicação dos objectivos e resultados das investigações pessoais e dos grupos de trabalho, tanto para a comunidade académica como para o público em geral, usando os mais diversos formatos de divulgação, promovendo o avanço historiográfico das Ciências Policiais.

Atendendo ao campo de estudos que abrange a História e a Cultura Policiais em Portugal, é impreterível uma actualização das suas considerações historiográficas: como pensar a evolução, a amplitude e os respectivos 'states of art' na edificação histórica das *Polícias* entre nós? Olhando para a bibliografia especializada de suporte a estes estudos, salvo honrosas excepções, o panorama historiográfico é diminuto, sendo parcos os autores e as referências nestas matérias. É urgente revitalizar a memória histórica das organizações, *mormente* da Polícia de Segurança Pública, revendo-se, igualmente, os principais momentos históricos na afirmação policial.

Impõe-se o estudo aprofundado das principais individualidades policiais, as suas diligências e os acontecimentos que partilharam este esforço institucional na nossa História. Assim, esta Linha de I&D pretende requalificar o estudo de uma instituição única no nosso país, sendo notória a necessidade de desenvolver a História das Organizações Policiais, esforços patenteados nas pesquisas historiográficas promovidas pelo ISCPPI.

Além de uma colaboração assídua com o MUP – Museu da Polícia, temos disertado recentemente sobre a vertente político-militar da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil [1808-1822]. Da mesma forma, temos indagado os contributos de José António Maria de Sousa e Azevedo, o último intendente-geral da Intendência Geral da Polícia, no advento do Liberalismo [Julho-Novembro 1833] ou os primórdios da Intendência Geral da Polícia e o estio do poderio pombalino [1782], não olvidando o protagonismo do juiz desembargador João Inácio Ferreira do Souto, 1.º intendente-geral da Intendência Geral da Polícia [1760-1766], entre outros trabalhos focando as conexões entre as lideranças militares e as lideranças policiais, em parceria.

No âmbito do ICPOP, temos colaborado activamente na organização de conferências e congressos com especialistas nacionais e estrangeiros, destacando-se a nossa participação activa nas comissões organizadoras do *Congresso Internacional. Polícia(s) e Sociedade*, no *Congresso Internacional. Os Desafios da Polícia na História Contemporânea*, no *Congresso Internacional História, Identidade e Património da(s) Polícia(s)*, além do recente *Congresso*

Internacional. Estudar a(s) Polícia(s): História, Metodologias e Fontes Policiais, sob a responsabilidade de Fernanda Rollo [FCSH-UNL].

No âmbito do Seminário «História e Cultura Policiais», em parceria com o ICPOL/ISCPSI, temos convidado vários especialistas renomeados nestas áreas para *webminares* nacionais/internacionais numa periodicidade mensal/bimensal/trimestral: Fernanda Rollo, Pedro Marques Gomes e Adolfo Cueto-Rodríguez [FCSH-INL], Flávio Borda d'Água [Universidade de Genebra] ou Laurinda Abreu [Universidade de Évora], p. e.

Prevemos estabelecer protocolos de colaboração com outros Centros de I&D: CEPESE [Centro de Estudos da Economia, População e Sociedade/UP], APH [Academia Portuguesa da História], CHSC [Centro de História, Sociedade e Cultura/FLUC], CITCEM [FLUP], IHC [FCSH-UNL], etc., de modo a sedimentar conhecimentos e intercâmbios de estudo. Prevemos também reuniões intercaladas com os membros do ICPOL/ISCPSI, assim como outras instituições participantes e/ou apoiantes: DN/PSP [Direcção Nacional da PSP], FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia], BNP [Biblioteca Nacional de Portugal], AN/TT [Arquivo Nacional/Torre do Tombo], MUP [Museu da Polícia], AM [Academia Militar, Biblioteca], DHCM [Direcção de História e Cultura Militar], AHM [Arquivo Histórico Militar], GEO [Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML], etc.

Num outro patamar, ainda incipiente, mas não menos importante, temos desenvolvido algumas actividades de investigação para a Linha de I&D “*Police & Society*” / “Passado e Presente” / “História das Organizações Policiais”, no âmbito da História do Ensino Policial entre nós, nomeadamente a sua expressão desde a década de 1930 até à actualidade. Este projecto pretende evocar a evolução histórica da EPP – Escola Prática de Polícia, sedeadada em Torres Novas, a qual está hierarquicamente adstrita à Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Ao longo de quatro décadas, sem esquecer a dinâmica da EFG – Escola de Formação de Guardas, tem provido uma formação a largos milhares de Agentes, sem esquecer os inúmeros estágios e cursos de preparação e aperfeiçoamento de Subchefes, Chefes e Oficiais. Procura-se demonstrar, através dos testemunhos e do espólio documental, o impacto e a afirmação das dinâmicas escolares policiais nas últimas quatro décadas em Portugal, sem deixar de contemplar os grandes desafios para o futuro. Este projecto pretende igualmente estudar a implementação dos estudos superiores em Ciências Policiais e de Segurança pela Escola Superior de Polícia [ESP], sucedida pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

[1999, ISCPSI], o único estabelecimento policial de ensino superior em Portugal, sediado neste antigo convento do Calvário, em Alcântara.

Pretende, igualmente, evidenciar as iniciativas científicas nas áreas das Ciências Policiais e Segurança, referindo as principais individualidades, diligências e acontecimentos que partilharam este esforço comum. Assim, pretende ser uma contribuição para o estudo de uma instituição de ensino superior única no nosso país. É extremamente notória a necessidade de colmatar esta lacuna da historiografia institucional, nomeadamente quanto às iniciativas pedagógico-policiais em todos os níveis formativos desde 1928.

Considerações Finais

É tempo de incentivar projectos universitários, científicos e culturais nas diversas competências das Ciências Policiais, de modo a pensar o seu futuro conceptual. Temos assistido ao interesse acrescido dos nossos alunos pelas temáticas histórico-policiais na escolha dos temas para as suas dissertações de mestrado e, inclusive, na continuidade destes assuntos em programas doutorais noutros estabelecimentos de Ensino Superior. Assim, há que patrocinar estes novos investigadores, de modo a que possam beneficiar de bolsas de estudo e outros incentivos, os quais devem ser previstos em futuros orçamentos para a investigação científica.

É fundamental dotar os investigadores, assim como os alunos-finalistas e outros colaboradores, com as devidas condições para sustentar acções de investigação nestas áreas de especialização, sempre em conciliação com os objectivos superiores do ICPOL/ISCPSI. É absolutamente imprescindível, diríamos, investigar e preservar os testemunhos históricos patentes no nosso imenso acervo legislativo, documental e fotográfico, entre outros suportes materiais, os quais poderão perigar e desaparecer. É essencial conhecer a afirmação policial civil em Portugal, em paralelo com a edificação da sua cultura institucional, tornando-a acessível a todos os interessados pela nossa História, para que a identidade, o património e o legado da[s] Polícia[s] subsistam e floresçam. Tenho dito.

Bibliografia

ABREU, José Eduardo – *Portugal Anticlerical. Uma História do Anticlericalismo*, prefácio de José Eduardo FRANCO, Gradiva, Lisboa, 2019.

ABREU, Laurinda – *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2014.

– *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2013.

ARAÚJO, António – “*Morte à PIDE!*” *A Queda da Polícia Política do Estado Novo*, Tinta-da-China, Lisboa, 2019.

BARRETO, Mascarenhas – *História da Polícia em Portugal: Polícia e Sociedade*, Braga Editora, Braga, 1979.

BORGES, António José – *História da Polícia do Porto*, [s. n.], Porto, 1980.

BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Vivências no Feminino. Poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*, Tribuna da História, Lisboa, 2007.

CARDOSO, Pedro – *As Informações em Portugal*, «Trajectos Portugueses», Instituto da Defesa Nacional/Gradiva, Lisboa, 2006.

CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.

CHAVES, Domingos Vaz – *História da Polícia em Portugal (formas de justiça e policiamento)*, [s. n.], Vila Franca de Xira, 2000.

Circulations policières (1750-1914), edição de Catherine DENYS, Presses Universitaires du Septentrion, Paris, 2012.

CLEMENTE, Pedro – *A Polícia em Portugal*, Instituto Nacional de Administração, «Cadernos INA», n.º 26, Lisboa, 2006.

– *Da Polícia de Ordem Pública*, dissertação de mestrado em Estratégia, Governo Civil de Lisboa, Lisboa, 1998.

CONTUMÉLIAS, Fernando & Mário – *Polícias à Portuguesa – Take 2*, Arcádia/Babel, Lisboa, 2011.

CORREIA, António Carlos – *O Tempo e as Temporalidades da Escola em Portugal (séculos XVIII-XX)*, Estratégias Criativas, Porto, 2018.

COSME, João – *História da Polícia de Segurança Pública. Das origens à actualidade*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.

CUNHA, Manuela Ivone – *Criminalidade e Segurança*, «Ensaio da Fundação», n.º 96, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2019.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1999.

DUARTE, Vera – *Traços e perfis de cultura: estudo da cultura organizacional da Polícia de Segurança Pública de Braga*, dissertação de mestrado em Sociologia, [versão policopiada], ICS/Universidade do Minho, Braga, 2005.

DURÃO, Susana – *Esquadra de Polícia*, «Retratos da Fundação», Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2016.

– *Patrulha e Proximidade: uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, Almedina, Coimbra, 2008.

ELIAS, Luís – *A Formação das Polícias nos Estados Pós-Conflito. O caso de Timor-Leste, prefácio de Armando Marques Guedes*, «Biblioteca Diplomática», Série D, n.º 3, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006.

ESTEVES, Alexandra – *Crimes e criminosos no norte de Portugal. O Alto Minho oitocentista*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2015.

Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCP/SP em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, «Estudos de Homenagem», ISCP/SP/Alameda, Lisboa/Coimbra, 2009.

Ficção Policial. Antologia de Ensaios Teórico-Críticos, organização de M.ª de Lurdes SAMPAIO e Gonçalo VILAS-BOAS, «Estudos de Literatura Comparada», n.º 6, Edições Afrontamento/Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa [FLUP], Porto, 2012.

GOMES, Celestino Augusto – *Imagens da vida policial*, Atlântida Editora, Coimbra, 1974.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha – *Modernização policial: as múltiplas dimensões de um objecto historiográfico*, CIES/IUL, Lisboa, 2011.

HAN, Byung-Chul – *Topologia da Violência*, tradução de Miguel Serras PEREIRA, «Antropos», Relógio d'Água Editores, Lisboa, 2019.

História da Polícia de Lisboa, Tipografia Bertrand, Lisboa, 1942.

L'HEUILLET, Hélène – *Alta Polícia, Baixa Política. Uma abordagem histórica da Polícia*, tradução de Luís FONSECA, «Poliedro da História», Notícias Editorial, Lisboa, 2004.

LA CLÈRE, Marcel – *História Breve da Polícia*, tradução de Noémia Franco da CRUZ, com um «Apêndice. A Polícia em Portugal» por Albino LAPA, «Histórias Breves», n.º 22, Editorial Verbo, Lisboa, 1965.

LAPA, Albino – *História da Polícia de Segurança Pública: Subsídios. Duas palavras pelo Major Silva Pais*, Sociedade Astória, Lisboa, 1953.

– *História da Polícia de Lisboa*, vols. I-II, Bertrand, Lisboa, 1942/1964.

LE BON, Gustave – *A Psicologia das Multidões*, Bookbuilders, Lisboa, 2020.

Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (Séculos XIX-XX), coordenação de Pedro Tavares de ALMEIDA e Tiago Pires MARQUES, Livros Horizonte, Lisboa, 2006.

MANDEL, Ernest – *Cadáveres Esquisitos. Uma história social do romance policial*, tradução de António GONÇALVES, Edições Cotovia, Lisboa, 1993.

MARQUES, Tiago Pires – *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, prefácio de Pedro Tavares de ALMEIDA, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

MERÊA, Paulo – *Estudos de História do Ensino Jurídico em Portugal (1772-1902)*, «Estudos Gerais. Série Universitária», IN-CM, Lisboa, 2005.

MUCHEMBLED, Robert – *Uma História da Violência. Do final da Idade Média aos nossos dias*, tradução de Luís Filipe SARMENTO, Edições 70, Lisboa, 2014.

O Mistério da Boca do Inferno. Correspondência e Novela Policial, por Fernando PESSOA, edição de Steffen DIX, traduções de Sofia RODRIGUES, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2019.

OLIVER, Willard M. – *August Vollmer. The Father of American Policing*, Carolina Academic Press, Durham, 2017.

PALACIOS CEREZALES, Diego – *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, tradução de Ricardo NORONHA, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2011.

PAYMAL, François – *La Construction identitaire de l'élève à l'Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)/École Supérieure de Police Portugaise*, dissertação de mestrado em Educação, [versão policopiada], FCUL, 2008.

Pensar a Segurança e a Defesa, coordenação de José Manuel Freire NOGUEIRA, Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005.

PEREIRA, Eliomar da Silva – *Introdução às Ciências Policiais: a Polícia entre Ciência e Política*, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

PESSOA, Fernando – *Histórias de um Raciocinador* e o ensaio «*História Policial*», edição e tradução de Ana Maria FREITAS, «Obras de Fernando Pessoa», n.º 24, Assírio & Alvim, Lisboa, 2012/2016.

POCOCK, John – *Cidadania, Historiografia e Res Publica. Contextos do Pensamento Político*, apresentação de Rui Cunha MARTINS, Edições Almedina, Coimbra, 2013.

Polícia e Polícias em Portugal. Perspectivas Históricas, organização de Gonçalo Rocha GONÇALVES e Susana DURÃO, Editora Mundos Sociais, Lisboa, 2017.

Polícia, Justiça e Prisões. Estudos Históricos, organização de Tiago da Silva CÉSAR [et al.], Appris Editora, Paraná, 2020.

Polícia, Segurança e Ordem Pública: perspectivas portuguesas e brasileiras, organização de Susana DURÃO e Márcio DARCK, ICS, Lisboa, 2012.

PRODI, Paolo – *Uma História da Justiça. Do pluralismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o Direito*, tradução de Isabel Teresa SANTOS, «Nova História», n.º 39, Editorial Estampa, Lisboa, 2002.

Réformer la Police. Les mémoires policiers en Europe au XVIII^e siècle, por Brigitte MARIN [et al.], Presses Universitaires du Rennes, Paris, 2009.

RIBEIRO, Ana Sofia Vieira – *Convívios difíceis. Viver, sentir e pensar a violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*, «Teses Universitárias», n.º 4, CITCEM/Edições Afrontamento, Porto, 2012.

RIBEIRO, M.ª da Conceição – *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, «Histórias de Portugal», n.º 17, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

- ROSAS, Fernando & ROLLO, Maria Fernanda – *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2009.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*, ISCSP, Lisboa, 1999.
- SCHEIDEL, Walter – *A Violência e a História da Desigualdade: da Idade da Pedra ao Século XXI*, tradução de Jaime ARAÚJO, Edições 70, Lisboa, 2017.
- Segredos da Polícia – Elementos de técnica policial*, compilação de Tomé VIEIRA, Clássica Editora, Lisboa, 1937.
- SILVA, Jorge – *Crime e Castigo. Ilustração na literatura policial portuguesa*, Arranha-céus, Lisboa, 2020.
- SOUSA, António Francisco – *Manual de Direito Policial. Direito da ordem e segurança públicas*, Vida Económica, Porto, 2016.
- TRINDADE, Diamantino Sanches & JESUS, Manuel dos Reis – *Subsídios para a História da Polícia Portuguesa*, vol. I, Escola Superior da Polícia, Lisboa, 1998.
- VALENTE, Manuel Guedes – *Ciências Policiais: Ensaio*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2014.
- VALLERA, Tomás – *Para uma história da polícia como genealogia da gramática escolar (1760-1834)*, tese de doutoramento, IE-UL [versão policopiada], Lisboa, 2015.
- VAZ, Maria João – *O Crime em Lisboa, 1850-1910*, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2014.
- VENTURA, Isabel – *Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação Sexual*, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2018.